

2. A questão da criança e do adolescente em situação de rua na literatura

Neste capítulo realizaremos uma revisão da literatura, cujo foco é a construção social da criança e adolescente em situação de rua. Este conceito pode ser discutido sobre diversos aspectos, como fenômeno que ganhou grande visibilidade a partir da década de 80. Vejamos algumas definições que aparecem em diferentes pesquisas, a seguir:

Um estudo¹ realizado pelo Programa Abordagem de Rua, vinculado à Prefeitura de Florianópolis, considera como população infanto-juvenil **de** rua todas as crianças e adolescentes **na** rua, "abrangendo pedintes, engraxates, jornaleiros, vendedores e demais atividades encontradas como meio de sobrevivência por esses meninos e meninas". (Silva, 1998).

Pesquisas como esta são permeadas por concepções e definições de "*criança de rua*". Sua tipologia tem como principal indicador, o fato de crianças e adolescentes estarem diariamente nas ruas. Incluem-se em tais estudos todas as crianças e adolescentes que circulam diariamente pelas ruas das cidades em busca de um meio de sobrevivência, trabalhando, esmolando, ou mesmo "perambulando", na categoria "meninos de rua".

A pesquisa realizada por Lusk e Mason (1993) no Rio de Janeiro, traz um avanço no sentido em que classifica os meninos de rua de modo didático, o que facilita o estudo de algumas questões. Logo, podem ser divididas em quatro categorias:

“A) Trabalhadores de rua com base familiar, que são as crianças que estão na rua, mas mantém contato com suas famílias. É comum que elas entreguem parte ou totalidade do que ganham às suas famílias.

¹ Relatório do Levantamento da População Infanto-Juvenil de Rua. Prefeitura de Florianópolis, Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social – Departamento de Desenvolvimento Social, Divisão da Criança e Adolescente, Florianópolis, outubro de 1996.

B) Trabalhadores de rua independentes, quando a ligação com a família começa a enfraquecer. Expostos à “cultura da rua”, muitas delas adotam padrões que as levam a abandonar suas famílias e a tornarem-se “meninos de rua”.

C) Crianças de rua é o estágio final da trajetória da criança nas ruas. Um estágio de delinquência em direção ao qual somente uma minoria de meninos vão se encaminhar sob as piores circunstâncias possíveis. Essa criança perdeu o contato com a família e outras foram abandonadas ou ficaram órfãs.

D) Crianças de famílias de rua, essas podem ser definidas como um grupo de indivíduos que se relacionam entre si e que vivem e/ou trabalham nas ruas todo o tempo. As famílias de rua são o mais recente desenvolvimento num padrão já estabelecido de moradia e emprego de características marginais. É possível que estas famílias retornem às suas casas à noite ou, pelo menos, nos finais de semana. Há famílias de rua que não têm nenhuma casa e moram nas ruas o tempo todo”.

Rizzini et al, destaca em seu livro “Vida nas ruas”, o encontro realizado em Bogotá pelo UNICEF (Fundo das Nações Unidas pela Infância) como mais uma tentativa de aprofundar o debate sobre a tipologia que seria mais adequada para se definir as crianças que estavam nas ruas. Esse encontro gerou muitas produções, sendo a mais utilizada, mundialmente, a proposta por Peter Taçon em 1985 que diferencia as crianças **nas** ruas e **das** ruas.

“Esta distinção, utilizada praticamente em todos os países, tentava diferenciar as crianças que estavam nas ruas como uma “estratégia de sobrevivência”, mantendo seus laços familiares e aqueles que acabavam perdendo estes elos. A diferença entre os dois grupos referia-se ao nível de risco ao qual as crianças eram submetidas e a natureza dos elos que elas possuíam com a família.” (Rizzini et al: 2003, p. 24)

De acordo com o mapeamento das ações de ONG’s voltadas para o atendimento às crianças e adolescentes em situação de rua no município do Rio de Janeiro, realizado pela Rede Rio Criança², em 2007:

² A Rede Rio Criança é composta por um conjunto de suas 17 organizações que fazem parte da história da construção do atendimento a crianças e adolescentes que se encontram nas ruas no Brasil e em particular no Rio de Janeiro.

“A categoria crianças e adolescentes em situação de rua é definida a partir do modo como as crianças e adolescentes inserem-se nas ruas, resultando em diferentes status, que vão evidenciar suas práticas cotidianas e desvendar suas identidades. A situação de rua se apresenta de forma complexa e heterogênea, sugerindo categorias distintas de crianças nas ruas: trabalhadores, pedintes, perambulantes, moradores, “refugiados”, “turistas”, com menor ou maior grau de contato com comunidades e familiares. Os parâmetros que diferenciam essas categorias são de difícil identificação já que muitas vezes encontramos uma “movimentação” de uma categoria a outra”. (Rede Rio Criança, 2007:16)

Na pesquisa³ realizada por Silva Filho (2007), define-se que criança e adolescentes em situação de rua são “aqueles que vivem permanentemente nas ruas ou que, mesmo possuindo referência domiciliar dependem para sua subsistência de atividades que impliquem ao menos um pernoite semanal nas ruas”.

Diante disto, podemos dizer que a Central de Recepção recebe “crianças de rua” que podem se enquadrar em qualquer uma dessas categorias. Trabalhamos também com a categoria de *risco social*, com base em discussão realizada no livro “A institucionalização das crianças no Brasil” de Rizzini & Rizzini (2004), definida como condição de privação imposta em virtude de situações de violência, crises familiares ou catástrofes, impedindo o retorno ao local de moradia. Destacam-se aqui as constantes situações de violação de direitos a que essa população está exposta.

O usuário da Central de Recepção pode ser considerado como o(a) menino(a) em situação de rua e em risco social, uma vez que a criança geralmente é levada às ruas por situações de violência ou pobreza.

Em pesquisa recente, Silva Filho mapeou as causas que levaram crianças e adolescentes às ruas no município do Rio de Janeiro. Ver gráfico abaixo:

³ Perfis e Trajetórias de crianças e adolescentes que vivem nas ruas da Zona Sul e Barra da Tijuca no Rio de Janeiro. Texto obtido com o autor e não publicado (2007).

Gráfico 2: O que o fez vir para as ruas?

Fonte: Pesquisa realizada por Silva Filho (2007).

Como se pode ver, mais da metade dos entrevistados alegou estar nas ruas devido a pobreza e a problemas familiares. Outro fator que também chama a atenção é o fato da criança ou adolescente estar nas ruas por vontade própria (10%) e 17% não sabe o motivo ou não respondeu.

Na literatura há diferentes formas de conceber a rua ou espaço público: como espaço de realização de um trabalho (Neves, 2004), como oposição ao espaço privado casa (Da Matta, 1985 e Pezim e Araújo, 2004) ou como espaço de moradia (Vieira, 1992).

Em estudo sobre a população de rua, especialmente aquela designada de vendedor ambulante, Neves (2004) afirma que a rua, concebida como espaço público, não é o lugar do desgarrado e do abandonado. Enquanto espaço social, o entendimento das relações que ali se desenrolam depende da compreensão das instituições e dos sistemas de hierarquia que definem e legitimam os papéis que neste espaço vão sendo construídos e reconhecidos. A rua é formada por uma rede de formação complexa porque tangencia os representantes das múltiplas ordens que investem na gestão do espaço público.

A diferenciação entre os espaços público e privado esconde e revela uma série de tensões derivadas do fato de que, cada um destes termos corresponde a universos de significações singulares e contrastantes. Cada universo corresponde ao entendimento dos princípios hierarquizados e de regras de inserção e de convivência em universos sociais que coexistem sob tensões. O espaço urbano é de conflito, exatamente em face das múltiplas alternativas de uso dos equipamentos públicos e coletivos.

Em seu livro “A casa e a rua”, DaMatta (1985) concebe de maneira mais ampla esses espaços. Para esse autor, a casa e rua são esferas de significação social que separam contextos e configuram atitudes porque contêm visões de mundo ou éticas particulares. Logo, a rua não pode ser transformada em casa e nem a casa em rua. A rua é o espaço do indivíduo anônimo e desgarrado, maltratado, cuja humanidade é reencontrada se for capaz de reconstruir o espaço caseiro e familiar. O adulto para sobreviver na rua deve fazer prova de sua passividade e não periculosidade.

De acordo com Vieira (1992), ser morador de rua não implica apenas em enfrentar carências, mas também em adquirir novas referências de vida social que diferem daquelas relacionadas com valores associados ao trabalho, à moradia e às relações familiares. A partir do momento em que as ruas são adotadas como espaço de moradia, as referências sociais passam a ser aquelas travadas no cotidiano de quem vive a rua, não somente como lugar de passagem, mas de permanência, mesmo que temporária, elaborando formas específicas e criativas de sobrevivência e convivência social.

Pezim e Araújo (2004) afirmam que na perspectiva de oposição entre espaço público e privado, a rua seria o lócus das atividades que podem ser realizadas em conjunto com outras pessoas, inclusive as desconhecidas, é o espaço da impessoalidade. Por sua vez, a casa seria o lugar relativo à esfera privada, lócus destinado às atividades que se relacionam à vida doméstica.

O público e o privado se entrecruzam a partir dos novos usos e formas de ocupação que são implementados. Esses novos usos não somente se contrapõem à sua utilização tal como tradicionalmente prescrita, mas acrescentam outras possibilidades de comunicação e inter-relação entre tais espaços.

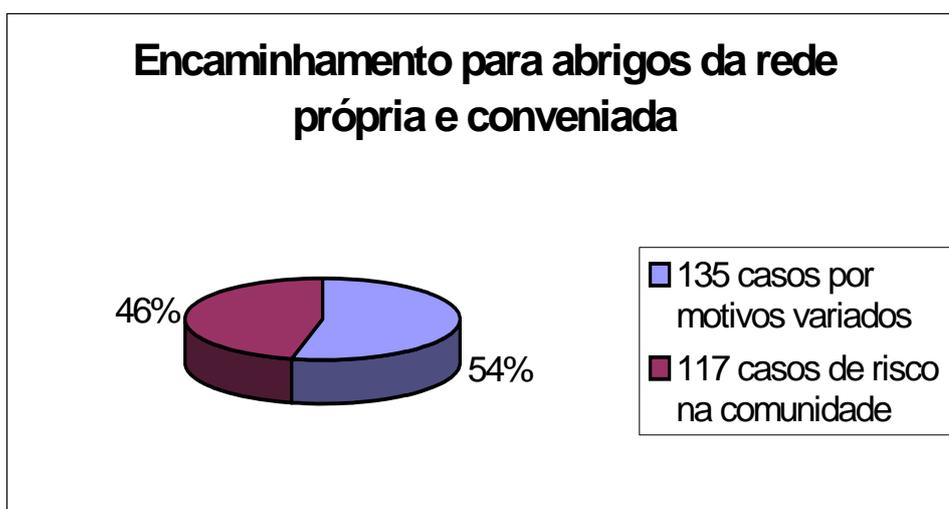
A rua tem sido utilizada de maneira *inadequada*, pelas populações sem domicílio, pelos segmentos sem trabalho, por indivíduos não atendidos/ assistidos pelo Estado, através das políticas sociais (Pezim e Araújo, 2004). O Serviço Social, historicamente, tem sido chamado para mediar tais conflitos.

Podemos nos remeter à situação dos casos que encontramos na Central de Recepção onde nem sempre estar na rua é estar desprotegido ou estar em casa é estar protegido. Desta forma, o público e o privado assumem novos significados.

A pesquisa de Silva Filho (2007) também aponta para o estreitamento de vínculos dessa população com as drogas e que essa situação é uma das causas que leva essas crianças e adolescentes a situação de rua. E essa aproximação compõe o “novo perfil” de meninos de rua, colocado anteriormente.

Na Central de Recepção no período de janeiro a maio de 2007, foi possível identificar que, 46% dos casos encaminhados para abrigos da rede própria ou conveniada, se justificaram pela necessidade de afastamento da criança ou do adolescente de suas famílias e comunidades de origem, por sofrerem ameaças de morte ou de terem a sua integridade física e moral violadas por grupos ligados ao tráfico de entorpecentes local.

Gráfico 3: Encaminhamento para abrigos da rede própria e conveniada



Fonte: Documento realizado pela a direção da central de recepção (ver nos anexos)

A seguir, abordamos alguns aspectos relativos à construção social dos excluídos, pois nos ajudam a compreender melhor o fenômeno que estudamos nesta dissertação.

2.2. Uma reflexão sobre a questão da exclusão

Nos anos 80, especificamente em 1988, o Brasil com a nova Constituição Federal constrói um arcabouço jurídico-político que se aproximava nitidamente dos padrões de um Estado de bem-estar social (Welfare State). Isto se deu ao mesmo tempo em que no contexto mundial esse estado de bem-estar social estava sendo desmontado, pois no final da década de 70 o capitalismo passa por mais uma de suas crises cíclicas de acumulação, acarretando uma nova reestruturação do processo produtivo. Essa reestruturação capitalista exigia, não um Estado amplo e garantidor de direitos, mas um Estado mínimo com reduzida intervenção na esfera do social. Ou seja, os mecanismos político-democráticos de regulação da dinâmica capitalista contidos neste estado de bem estar social estavam sendo substituídos pelos mecanismos de desregulamentação, flexibilização e privatização vindo da ideologia neoliberal.

Para a classe trabalhadora os avanços trazidos por essa Constituição se configuravam numa vitória da economia política do trabalho, mais especificamente, a redução da taxa de exploração do capital sobre o trabalho e a construção de mecanismos democráticos de controle social. Já para os setores vinculados ao grande capital, o esforço era feito no sentido de inviabilizar essa Constituição juntamente com a sua alternativa de reduzir as tão gritantes diferenças e mazelas sociais, tanto quanto os mecanismos que poriam freio na acumulação capitalista.

Com o impeachment do presidente Collor, seu vice Fernando Henrique Cardoso (FHC) tornou-se o homem capaz de dar efetividade ao projeto político do grande capital garantindo a inviabilização do projeto social contido na Constituição Federal de 1988.

Entre a década de 30 e o final da década de 80, houve no Brasil, um processo de construção de um Estado Nacional. Foi o presidente Collor quem iniciou, em 1990, o seu desmonte com a adoção do ideário neoliberal. Em 1992, com o impeachment, a iniciativa do então presidente foi interrompida. Cardoso tratou de dar continuidade ao projeto político do grande capital, aprofundando-o. Ele fez o Plano Real, que foi o instrumento de estabilização monetária, a primeira

estratégia para total abertura do mercado brasileiro ao capital internacional, assim, os mercados financeiros internacionais ditam as regras e o país se submete.

O Estado se caracteriza como neoliberal, priorizando o Estado mínimo de direitos para os trabalhadores e Estado máximo para o capital.

Assim, há propostas como:

- Desregulamentação da economia que defende a abolição da regulação do Estado nos preços do mercado e sobre as relações do capital X trabalho
- Desregulamentação do Estado, daí derivam as propostas de privatização das empresas estatais o que contribuiria para a redução do setor público.

Há então, o estabelecimento de um “Estado Mínimo” que cumpra apenas com algumas funções básicas como a educação e a saúde pública. O ajuste neoliberal atingiria a sociedade de modo extremamente desigual onde os mais frágeis seriam mais prejudicados. Temos como consequência desta política, o sucateamento das políticas sociais. Com a recessão imposta pelo governo, aumentou o desemprego, piorando ainda mais a situação dos mais carentes. Assim temos como resultado o agravamento da miséria associada ao desmantelamento da política social. (BORELY & GOUVEIA, 2001).

As medidas neoliberais se baseiam principalmente em: privatizações (onde vendeu a baixo custo as empresas estatais), desregulamentação da economia (elevações da taxa de juros), flexibilização da produção (quando abre o mercado interno e uma concorrência lesiva e inclusive nacional) e do trabalho (quando este deixa de influir na relação capital X trabalho – trabalhos temporários, terceirizados, enfim sem vínculos empregatícios), mercantilização (sucateamento dos serviços públicos voltados para o atendimento em massa), enfim, um Estado mínimo.

Este governo (FHC) disseminava a ideologia da falência do Estado brasileiro dando alternativa ao enfraquecimento da crise econômica, o enxugamento dos gastos na área social, visto que considera as políticas sociais como sendo as que mais oneram as despesas do Estado.

Com isso temos o Estado mínimo, ou seja, o Estado cada vez mais se retirando de suas responsabilidades sociais e entregando ao setor privado e à sociedade civil, garantindo apenas políticas emergenciais, setoriais, focalizadas (Programa Bolsa Escola e renda mínima) para aqueles que não conseguem comprar os serviços no mercado, isto é, “políticas pobres para os pobres”.

Com esse Estado de intervenção residual no social e grandes intervenções para garantir a acumulação capitalista, o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso promoveu um estrangulamento na alocação de recursos em áreas sociais de suma importância para os trabalhadores. Foram particularmente atingidas as áreas de educação, saúde, trabalho, assistência e previdência.

Márcio Pochmann (1998) demonstrou que o número de desempregados aumentou em mais de 100%, no ano de 1996, em relação a 1989. O percentual de trabalhadores com registro diminuiu em 8% e o número dos sem registro, aumentou em 3%, dos anos de 1989 para 1996. De acordo com este autor, existem três características no comportamento da população economicamente ativa brasileira, a saber: forte elevação do desemprego; o movimento de desassalariamento e geração de ocupações precárias e de produtividade reduzida.

Isso nos leva ao conceito de exclusão. Tradicionalmente, este conceito refere-se a "*peças que sempre estiveram à margem da sociedade, nunca entraram nos circuitos habituais do trabalho e da sociabilidade ordinária, vivem entre si e se reproduzem de geração em geração, etc.*" (Castel, 1995:3). Esta noção, assim colocada, não abrange a exclusão contemporânea, a nova pobreza. Na maior parte dos casos, segundo Castel (1995b), a exclusão atual se refere à situações consideradas degradadas por referência a uma condição anterior. Nesse sentido, é possível distinguir,

“... zonas diferentes da vida social na medida em que a relação com o trabalho for mais ou menos assegurada e a inscrição em redes de sociabilidade mais ou menos sólida. Os “excluídos” povoam a zona mais periférica, caracterizada pela perda do trabalho e pelo isolamento social. Mas o ponto essencial a destacar é que hoje é impossível traçar fronteiras nítidas entre essas zonas” (Castel, 1995b: 3).

Por exemplo, sujeitos integrados podem, subitamente, pelo desemprego ou flexibilização do trabalho, tornarem-se vulneráveis, engrossando as fileiras dos precarizados. Aliás, é cada vez menor o número de pessoas com trabalhos estáveis e a convivência cotidiana com a multidão de precarizados transforma-se em mecanismo de pressão que a gerência se utiliza para extrair a obediência dos estáveis às suas exigências. É o exército industrial de reserva que exerce pressão em quem se encontra dentro do mercado de trabalho.

De acordo com Castel (1995) a partir da década de 80 assiste-se ao desenvolvimento de um duplo discurso: um louva os méritos da competitividade e a eficácia a todo preço, e o outro se preocupa com o destino dos excluídos extremos, afirmando a necessidade de encontrar instrumentos que dêem conta dessas populações. Não se questiona o fato de que esses excluídos são produzidos pela mesma lógica impiedosa do capitalismo atual. Tudo se passa como se o discurso sobre a exclusão representasse apenas um adendo a uma política que admite sem questionamentos a hegemonia das leis econômicas e do capital financeiro.

Castel (1995b) reconhece que conciliar competitividade a concorrência com a manutenção de um padrão mínimo de proteção não é uma tarefa fácil, o que não autoriza, entretanto, a desistir da tentativa de controlar a relação entre lógica econômica e coesão social, antes que graves rupturas sociais sepultem de vez essa possibilidade.

“Se nada de mais profundo for feito, a "luta" contra a exclusão corre o risco de se reduzir a um pronto socorro social, isto é, intervir aqui e ali para tentar reparar as rupturas do tecido social. Esses empreendimentos não são inúteis, mas deter-se neles implica na renúncia de intervir sobre o processo que produz essas situações” (Castel, 1995b: 6).

Na verdade, o que ocorre é que o caminho que se tem seguido é o de atuar sobre os efeitos dos desfuncionamentos sociais, recorrendo a práticas reparadoras, omitindo-se, portando, de intervir sobre os processos que os produzem e que estariam mais afetos à esfera das políticas sociais.

Valença-Barros (2005) apud Castel (1995b) coloca que, toda a tradição da ajuda social foi direcionada a populações-alvo a partir do reconhecimento de um déficit preciso (inválidos, deficientes, idosos, etc.). No caso das novas populações (desempregados de longa duração, intermitentes, etc.), não existe uma incapacidade pessoal definida que reclame uma intervenção especializada, visando tratá-la ou repará-la. Essas populações tornaram-se vulneráveis devido à conjuntura social. A abordagem, portanto, dessas populações deve ser diversa daquela que a ajuda social tradicionalmente dispensou à sua clientela.

Ao tratar especificamente do tema da exclusão, Valença-Barros (2005) apud Castel (1995b) identifica três subconjuntos de excluídos:

“(1°) No primeiro caso, a exclusão é operada pela supressão completa da comunidade, seja sob a forma de expulsão, seja pela condenação à morte dos heréticos, criminosos e sediciosos.

(2°) A segunda situação envolve, na verdade, um conjunto de práticas de exclusão e que se materializam na construção de espaços fechados e isolados da comunidade, a exemplo dos dispensários para os leprosos, asilos para os loucos e prisões para os criminosos.

(3°) Uma terceira modalidade de exclusão engloba certas categorias da população que se vêem obrigadas a um status especial, que as autoriza a coexistir na comunidade, porém com a privação de certos direitos e da participação em certas atividades sociais (judeus na França, indígenas, etc.)”

Pode-se dizer que a semelhança entre essas diferentes formas de exclusão é que elas impõem *"uma condição específica que repousa sobre regras, mobiliza aparelhos especializados e se completa através de rituais"*. Assim, a exclusão constitui *"sempre o desfecho de procedimentos oficiais e representa um verdadeiro status"* (Castel, 1995b:10).

Já no que se refere à situação de vulnerabilidade, que resulta da degradação das relações de trabalho e das proteções que lhe estão vinculadas, pode-se falar de precarização, de vulnerabilização, mas não de exclusão.

Segundo Valença-Barros (2005) apud Castel (1995b), tais processos de marginalização representam uma verdadeira ameaça na atualidade porque podem redundar em exclusão propriamente dita, ou seja, num tratamento explicitamente discriminatório dessas populações.

No que tange a questão da marginalização, o autor (1997) a entende como um processo, fruto de uma dinâmica de exclusão e que se manifesta antes mesmo que os efeitos dissocializantes se instalem. A marginalidade, portanto, é o produto, o fim de um percurso.

As situações marginais se configuram como resultado de um duplo processo de desligamento: em relação ao trabalho e em relação à inserção relacional. Castel (1997) distingue três níveis em cada um desses eixos. No primeiro deles têm-se: trabalho estável, trabalho precário, não trabalho; e, no segundo: inserção relacional forte, fragilidade relacional, isolamento social. Agrupando estas gradações duas a duas obtém-se três grandes zonas: a da integração, onde se associa trabalho estável e forte inserção relacional; a da vulnerabilidade, que envolve trabalho precário e fragilidade dos apoios relacionais e a zona de marginalidade, que Castel (1997) prefere denominar de “zona de desfiliação”, de modo a acentuar a amplitude do duplo processo de desligamento que representa a ausência de trabalho e o isolamento relacional. Uma quarta zona, ainda, é acoplada às anteriores, a da assistência, ou seja, *“...da dependência segurada e integrada, diferente ao mesmo tempo da zona de integração autônoma pelo trabalho e da zona de exclusão pelo não-trabalho e pela não-inserção (desfiliação)”* (Castel, s/d: 31).

Podemos concluir que, primeiramente, as fronteiras entre as zonas são porosas. A desfiliação, por exemplo, se nutre da zona da vulnerabilidade e essa passagem torna-se cada vez mais freqüente. Em segundo lugar, uma boa situação em um dos eixos inserção/ isolamento pode compensar, até certo ponto, um mal escore sobre o eixo trabalho/ não trabalho e vice-versa. Em terceiro lugar, vê-se que a dimensão econômica, embora importante, não é, entretanto, exclusivamente determinante (Castel, 1997).

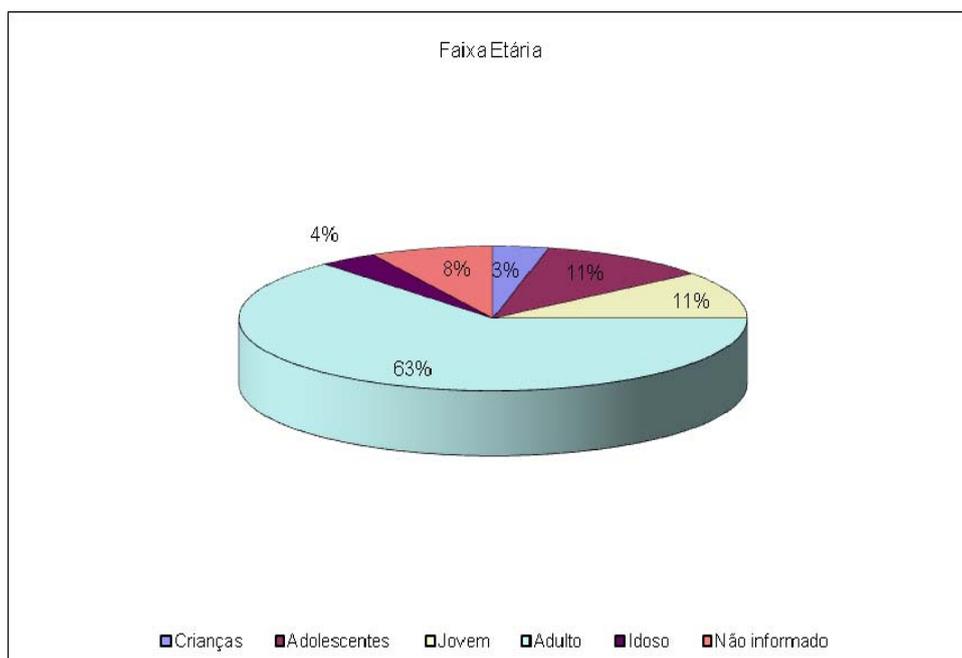
Portanto, embora não negue a importância do fator pobreza na produção da marginalidade, o autor (1997) admite que outras condições podem estar na sua

origem. Nesse sentido, pode-se distinguir, com base em Castel, duas situações que, apesar de serem marcadas pela pobreza, são qualitativamente diferentes: a pobreza integrada, que constitui uma pobreza trabalhadora; a indigência integrada, que depende das ações de socorro, ligadas a inserção comunitária, e a indigência desfilhada, marginalizada ou excluída, que não encontra lugar nem na ordem do trabalho, nem na ordem comunitária. E é nessa zona que costumamos encontrar ou classificar grande parte da população analisada nesta dissertação. Os meninos e meninas em situação de rua, com frequência, começam seu processo de exclusão pela escola. Assim, não conseguem se inserir em um mercado de trabalho e, por isso, acabam se colocando em risco e excluídos até mesmo de suas comunidades. Desta forma quando chegam às ruas tornam-se ameaçadores e vão paulatinamente sendo mais excluídos da sociedade.

Embora seja comum afirmar que é difícil estimar o número de crianças e adolescentes nas ruas, podemos constatar a presença de percentuais significativos deste grupo nas ruas. De acordo com o levantamento realizado em 2006 pela Prefeitura do Rio de Janeiro junto à população de rua na cidade, verifica-se que a população alvo da Central de Recepção gira em torno de 14% do total da população em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro analisada.

Tabela: Levantamento por faixa etária

Criança	Adolescente	Jovem	Adulto	Idoso	Não informado
3,53%	10,84%	10,60%	63,53%	3,65%	7,84%

Gráfico 4: Levantamento por faixa etária

Fonte: Pesquisa realizada pela a Prefeitura do Rio em 2006.

No próximo capítulo, discutiremos as políticas públicas existentes no âmbito municipal voltadas para este grupo populacional. Verificaremos possíveis interfaces com outras políticas públicas, em especial, com o Sistema Único de Assistência (SUAS).